

1 **RESUMO EXECUTIVO DA ATA**

2 **1ª Reunião Plenária do CBH-AT de 2024 - Ordinária**

3 **Data:** 08 de fevereiro de 2024.

4 **Horário:** 09h00

5 **Local:** Ambiente virtual pela Plataforma Teams.

6 **Membros do Colegiado**

7 (A relação completa, daqueles que registraram devidamente presença, encontra-se disponível na Secretaria
8 Executiva do Comitê)

9 **SEGMENTO ESTADO**

10	Sandra Garcia Lopes	DAEE
11	Laura Stela Naliato Perez	SEMIL
12	Daniel Jesus de Lima	EMAE
13	Rodrigo Ferraz Moreira	SABESP
14	Lilian Barrella Peres	CETESB
15	Mônica Therezinha Bartié Rossi	Sec. de Desenv. Urbano e Habitação
16	Gerson Salviano de Almeida Filho	IPT

17 **SEGMENTO MUNICÍPIOS**

18	Vanderlon Oliveira Gomes	Salesópolis - Presidente do CBH-AT
19	Israel Rodrigues de Souza	Caieiras
20	Eliane Ap. Estevam de Oliveira	Santana de Parnaíba
21	Nelson Henrique Maganhoto	Francisco Morato
22	Bárbara Omena	Franco da Rocha
23	Marcelo Rodrigues da Motta	Itapeçerica da Serra
24	Priscila Gambale	Ferraz de Vasconcelos
25	Daiane Nakamura	Barueri
26	Yasmim Zampieri Sampaio	Itaquaquecetuba
27	Solange Wuo Franco	Suzano
28	Claudete B. dos Santos Canada	Poá
29	Ângela Silveira Soares	Juquitiba
30	Douglas Prado Nepomuceno Batista	Salesópolis
31	Tércio Oliveira Monteiro	Carapicuíba
32	Marcelo Marins Feliciano	Guarulhos
33	Bruna Carvalho Dalmacio	Arujá

34 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

35	Melissa Cristina Pereira Graciosa	UFABC - Vice-presidente CBH-AT
36	Leticia Roberta Amaro Trombeta	UNIFESP – Uni. Federal de São Paulo
37	Marta Ângela Marcondes	Universidade Mun. de São Caetano do Sul
38	Ricardo Saad	CIESP SBC
39	Sueli Moroni da Silva Machado	FIESP
40	Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO - SP
41	Francisca Adalgisa da Silva	Assoc. dos Prof. Universitários da Sabesp
42	Jordana Alca Barbosa Zola	IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil
43	José Ramos de Carvalho	APGAM – Assoc. Paulista dos Gestores Ambientais
44		
45	Vanessa Dias	SINDUSCON - SP
46	Virgílio Alcides de Farias	MDV - Movimento em Defesa da Vida
47	Gustavo Veronesi	Fundação SOS Pró-Mata Atlântica
48	Amauri Pollachi	ONDAS - Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento
49		
50	Mario de Carvalho Fontes Neto	Associação Nossa Guarapiranga

51 **1. Abertura.**

52 Melissa Cristina Pereira Graciosa (UFABC) Vice-presidente do CBH-AT, constatando
53 quórum, abriu a reunião. Agradeceu as presenças e iniciou os trabalhos. Hélio César
54 Suleiman (Diretor-presidente da FABHAT) informou que o Secretário do Comitê,
55 Wanderley de Abreu Soares Júnior está afastado do DAEE, assumindo outros desafios
56 recentemente e a Superintendente do DAEE, Mara Ramos, encaminhou ofício em
57 novembro de 2023, substituindo Wanderley por Sandra Garcia Lopes (DAEE). Hélio
58 explicou como deve funcionar o processo, que a Secretaria Executiva funciona como
59 entidade, não por pessoas. Neste caso, é preciso reunir o segmento Estado, de acordo
60 com o parágrafo quarto do artigo terceiro do Estatuto. Hélio passou a palavra para
61 Sandra Garcia Lopes (DAEE) se apresentar, destacando sua experiência de 27 anos no
62 setor de saneamento e em diversas áreas. Desde junho do ano passado assumiu no
63 DAEE a Diretoria de Regulação, com o objetivo de fortalecer a regulação no Estado de
64 São Paulo.

65 **2. Apresentação pela CETESB sobre o empreendimento FEHIDRO em execução.**
66 **“CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA OS MUNICÍPIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO**
67 **ALTO TIETÊ: IDENTIFICAÇÃO DE VULNERABILIDADES, PROPOSIÇÃO DE**
68 **MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO PARA PREVENÇÃO DOS EFEITOS DASMUDANÇAS**
69 **CLIMÁTICAS SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS”.** Hélio sugeriu que essa
70 apresentação fosse feita após as deliberações, uma vez que já se possui quórum. Todos
71 concordaram. Na sequência convidou Beatriz para apresentar sobre a situação dos
72 empreendimentos FEHIDRO.

73 Beatriz Vilera (Diretora Técnica da FABHAT) apresentou a situação dos
74 empreendimentos FEHIDRO indicados em 2023 pelo Comitê. Em 2023, ocorreram duas
75 chamadas. Na primeira foram indicados cinco empreendimentos, totalizando

76 aproximadamente R\$ 25 milhões. Foram contemplados: SEMAE de Mogi das Cruzes,
77 com o empreendimento voltado ao esgotamento sanitário do Alto Tietê. O Consórcio do
78 Grande ABC, com a implantação do plano de sinalização dos mananciais no ABC. A
79 Prefeitura de Mairiporã, com substituição de fossas rudimentares por unidade de
80 esgotamento sanitário no núcleo Pirucaia. A Prefeitura de Diadema, com o
81 empreendimento para a contratação do Plano diretor de manejo de águas pluviais, bem
82 como o cadastro da rede de macro e micro drenagem e a prefeitura de Mauá, com a
83 ampliação do sistema de coleta seletiva e resíduos sólidos em Mauá. Dos cinco
84 empreendimentos indicados na primeira chamada, quatro beneficiam as áreas de
85 mananciais. Os cinco empreendimentos estão em processo licitatório pelo tomador e
86 está na fase final de processo licitatório para receber a primeira parcela do
87 financiamento. Na segunda chamada, foram indicados 17 empreendimentos, a maioria
88 deles com benefícios para as áreas de mananciais, contemplando: Consórcio
89 CONISUD, com a identificação de áreas para implantação de novas unidades de
90 conservação. Prefeitura de Salesópolis, com ampliação da coleta seletiva do município
91 de Salesópolis. O CONDEMAT, com o plano diretor de drenagem da região. A SABESP,
92 com a implantação de esgotamento sanitário no Município de Embu das Artes. Todos
93 os empreendimentos foram indicados em setembro do ano passado na plenária no
94 Município de Salesópolis, em comemoração ao dia do rio Tietê, em 22 de setembro, e
95 todos tiveram contrato assinado até o dia 30 de dezembro do ano passado. Um marco
96 para o Comitê, pois, anteriormente, geralmente tinham que prorrogar o prazo para
97 março. Os tomadores teriam um prazo para a emissão dos contratos, mas esse ano,
98 todos os contratos foram assinados até 30 de dezembro e já estão em fase interna de
99 processo licitatório pelos tomadores. Também foi contemplada a Prefeitura de São
100 Bernardo do Campo, com elaboração do plano de manejo da unidade de conservação
101 do Parque Municipal do Estoril. Prefeitura de Mairiporã, com obras de drenagem urbana
102 e de instalação de aduelas num reservatório. O Consórcio do grande ABC, com a
103 revisão do plano regional, de macro e micro drenagem e a Prefeitura de Salesópolis,
104 que teve empreendimentos inabilitados pelo agente técnico, pois não houve tempo hábil
105 de emitir o licenciamento e as outorgas devidas até a aprovação pelo agente técnico.
106 Também habilitados os empreendimentos da Prefeitura de Guarulhos, com o plano
107 diretor de águas pluviais do município. A CETESB, com aprimoramento da divulgação
108 dos dados das redes de qualidade. Prefeitura de Suzano, com atualização de projeto
109 executivo para implantação de reservatório de controle de cheias no Rio Una. Estão em
110 fases de processo licitatório pelo tomador. Prefeitura de Itaquaquecetuba, com plano de
111 macrodrenagem e cadastramento da rede. Suzano, com o sistema de controle de
112 inundações nos bairros Parque Maria Helena e Vila Maluf. A Sociedade ecológica
113 amigos de Embu, com projeto para identificação de unidades de conservação na região
114 do Cotia-Guarapiranga. O CONDEMAT, com capacitação da população rural em boas
115 práticas agrícolas. Na segunda chamada, o Comitê indicou R\$ 78,5 milhões para os
116 empreendimentos. Todos, com exceção de dois empreendimentos, foram contratados,
117 e estão em fase de processo licitatório. Em resumo, no ano passado estavam
118 disponíveis, dos recursos da Cobrança, R\$ 103.000.000. Na primeira chamada, foi
119 indicado aproximadamente R\$ 25.000.000 e na segunda R\$ 76.000.000 totalizando

120 aproximadamente R\$ 100.800.000 com recursos da cobrança. Com recursos da
121 Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH, o Comitê do Alto
122 Tietê havia disponibilizado em 2023, R\$ 3.200.000 aproximadamente. Na primeira
123 chamada não houve indicação de projetos com esses recursos. Na segunda chamada,
124 R\$ 2.000.659 ficou um saldo de R\$ 582.000. Esse saldo não retorna para o Comitê para
125 aplicação em 2024, por causa da recente Deliberação do COFEHIDRO que estabelece
126 que recursos não utilizados pelos CBHs são destinados ao CORHI. Beatriz finalizou
127 destacando o trabalho que tem sido desenvolvido pelos representantes das Câmaras
128 técnicas, um trabalho conjunto dos três segmentos, Estados, Municípios, Sociedade
129 Civil, com o apoio operacional e técnico da FABHAT para o sucesso dos
130 empreendimentos. Em seguida, Virgílio Alcides de Faria (MDV), realizou uma solicitação
131 em forma de requerimento, que os projetos, mesmo antes de serem encaminhado ao
132 Comitê, passem por uma discussão nos Subcomitês e os projetos anteriormente eram
133 apresentados no Subcomitê, depois subiam para o Comitê, mas por razões que não
134 sabem, deixou de ser assim. Então, Virgílio solicitou que isso volte a ser uma regra do
135 Comitê, por Deliberação exigindo que os projetos sejam apresentados na base nos
136 Subcomitês, para que a Sociedade civil tenha conhecimento, da maneira como está,
137 quem tem o conhecimento é o Poder Público, mas o Comitê é tripartite. A Sociedade
138 Civil é parte do sistema de gestão. Outra questão que Virgílio apresentou foi sobre a
139 compensação financeira. O Comitê tem interesse em saber como ocorre o processo. No
140 caso de sobrar dinheiro da compensação financeira, para que tenham melhor
141 entendimento e a forma de buscar esse recurso para ser aplicado. Seria interessante
142 que fossem informado o Subcomitê as regras para que não sobrar mais dinheiro, mas
143 não se sabe exatamente sobre a sua aplicação. Ao que Hélio, afirmou que a partir do
144 momento que a Deliberação sai inclusive as indicações, é dado ciência e quando da
145 análise dos projetos, todos os membros do Comitê são convidados para participar, ou
146 seja, em participação aberta para todos. Em complemento, Melissa Cristina Pereira
147 Graciosa (UFABC) Vice-presidente CBH-AT sugeriu levar à Relatoria de projeto para
148 uma reunião de análise, em reunião conjunta das câmaras e os Subcomitês. Hélio
149 enalteceu o trabalho da Camila Arantes (UFABC) e da Laura Stela Naliato Perez
150 (SEMIL) para o sucesso dos trabalhos que vem sendo realizados na Coordenação da
151 CTGI, mesmo com muitos temas em questão e, sugeriu passarem a tratar das
152 Deliberações, voltando aos outros assuntos e a apresentação no final da reunião, devido
153 o fato de muitos dos presentes precisarem se ausentar antes do final do horário previsto
154 da reunião. O que foi da concordância de todos.

155 **3. Aprovação da ata resumida da 6ª Reunião Plenária de 2023, realizada em 31 de**
156 **outubro de 2023.** A Ata foi aprovada por unanimidade, após a dispensa da leitura.

157 Na sequência, Hélio informou que, quando a pauta foi fechada, não havia a demanda
158 do Subcomitê, para inserir um tema na pauta precisam de um requerimento de regime
159 de urgência, que deve ser subscrito pela maioria dos membros. O Subcomitê cumpriu
160 todo o rito e encaminhou, então no primeiro colocariam ao plenário a inclusão na pauta.
161 Se houvesse o aceite ando encaminhariam o documento para que todos terem acesso,
162 no momento oportuno. Assim sendo, passaram a tratar das Deliberações. O Presidente

163 Vanderlon Oliveira Gomes (Prefeitura Municipal de Salesópolis) colocou em votação e,
164 não havendo manifestação contrária, foi aprovado o item para inclusão na pauta.

165 **4. Deliberação CBH-AT n° 173, de 08 de fevereiro de 2024 - Aprova o Plano de Ação**
166 **e o Programa de Investimentos - PAPI 2024-2027. Deliberação aprovada por**
167 **unanimidade.** Beatriz Vilera apresentou. Em síntese, contextualizou que em 2023
168 foram realizadas diversas reuniões, entre o dia 08 de novembro e 23 de janeiro de 2024.
169 Com o envolvimento de todos os segmentos e analisando cada ação prevista no Plano
170 de bacia. A Deliberação CRH 279 estabelece que os Comitês devem aprovar o PAPI -
171 Plano de Ações e Programa de Investimentos até dia 29/03/2024. Na Deliberação, pelo
172 artigo primeiro, fica aprovado o PAPI para o quadriênio 2024/2027. Conforme o anexo
173 da Deliberação, a Secretaria Executiva do Comitê providenciará o envio ao Comitê
174 Coordenador do plano estadual de recursos hídricos - CORHI. De forma resumida, o
175 PAPI apresenta quais as ações para os próximos quatro anos. Os recursos previstos
176 para essas ações e as metas de acordo com aquilo que foi estabelecido no plano de
177 bacia. Também identifica os possíveis executores dessas ações ou parceiros, e quais
178 as áreas prioritárias para intervenção definidas no Plano de Bacia. Não havendo
179 manifestação contrária, foi aprovada a Deliberação.

180 **5. Deliberação CBH-AT n° 174, de 08 de fevereiro de 2024 - Aprova o Plano de**
181 **Aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água de 2024. Deliberação**
182 **aprovada por unanimidade.** Larissa Silva (FABHAT) apresentou, iniciando pela
183 legislação, com o Decreto 50.667/2006 que estabelece, cada Comitê deve aprovar o
184 Plano de aplicação para a transferência de até 10% da arrecadação para as despesas
185 de custeio e de pessoal. Esses recursos podem ser repassados para o DAEE ou para
186 as Agências de bacia, no caso do Comitê Alto Tietê, é repassado para a FABHAT. Com
187 relação ao prazo a Deliberação mais recente, a 213/2020, estabelece o prazo para
188 aprovação do plano de aplicação até o mês de abril de cada exercício. Em resumo, a
189 previsão de arrecadação para 2024 que consta no Plano é de R\$ 45 milhões. Destes,
190 10% serão destinados ao custeio, R\$ 4,5 milhões. Considera-se também o ajuste da
191 receita, que é basicamente o que foi previsto no ano de 2023 e o que efetivamente foi
192 realizado. Sendo assim, houve um saldo positivo de custeio de R\$ 44.000 de
193 arrecadação e saldo negativo de R\$ 223.000. Houve ajuste do exercício anterior e
194 somando com a previsão para 2024. Com relação aos rendimentos, possuem um saldo
195 de R\$ 34.000.000 incluído no Plano de aplicação para os Agentes técnicos analisarem
196 os projetos indicados ao FEHIDRO, porém com alteração do Agente técnico, apesar de
197 continuarem com as atividades, está incluso em outro item, a taxa de liberação dos
198 Agentes técnicos. Todo o previsto em 2023 e não utilizado, retornou para o Comitê e
199 não foi previsto mais nenhum recurso para 2024. O restante, as taxas de administração,
200 liberação do Agente técnico e financeiro, no valor de R\$ 6,8 milhões. Por fim, houve a
201 despesa de investimento e conforme o plano de aplicação de 2023, o valor
202 disponibilizado de R\$ 103,2 milhões. A Deliberação tem a movimentação dos
203 empreendimentos, que são os valores retidos dos projetos indicados em 2023 e o setor
204 dos projetos cancelados ou dos projetos concluídos. No final houve um gasto de R\$
205 88,6 milhões que considera a devolução em pagamentos de parcelas dos reembolsáveis

206 no valor de R\$ 7,9 milhões. Valor total disponível para investimento em R\$ 90,4 milhões.
207 Então sobre a Deliberação, o artigo primeiro, “Aprovação do plano de aplicação
208 conforme os anexos 1, 2 e 3. Parágrafo único “Para consecução do plano mencionado
209 no caput deste artigo, fica estabelecido o percentual de 10% incidentes sobre o que for
210 arrecadado com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos no período de um de janeiro
211 a 31 de dezembro, para repasse a FABHAT, conforme estabelecido no decreto número
212 50667/2006. O artigo segundo, “ficam aprovados repasses de recursos financeiros, a
213 sub-conta do FEHIDRO proveniente da cobrança pelo uso de recursos hídricos do Alto
214 Tietê sobre o que for arrecadado no período de 01/01/2024 a 31/12/2024 para a
215 cobertura de custos operacionais do agente financeiro da cobrança dos agentes
216 técnicos do FEHIDRO, demais despesas decorrentes.

217 **6. Deliberação CBH-AT n° 175, de 08 de fevereiro de 2024 - Aprova critérios para**
218 **análise e hierarquização de empreendimentos para financiamento com recursos**
219 **do FEHIDRO 2024. Deliberação aprovada por unanimidade.** Camila apresentou
220 lembrando que vários elementos estão presentes nas últimas duas Deliberações
221 aprovadas. O mais importante é que todos estejam atentos, principalmente os
222 tomadores, a todas as condicionantes para a submissão de um projeto. O que se
223 considera no MPO-Manual de Procedimentos Operacionais, é a questão de levar em
224 consideração que os recursos, devem estar em consonância com as prioridades do
225 PAPI e do Plano de bacia. Em seguida, Camila demonstrou as ações e quais seriam os
226 valores previstos para as ações. A Câmara Técnica de Gestão de Investimentos (CTGI)
227 trabalhou nessas deliberações em conjunto com as outras câmaras técnicas. Nessa
228 Deliberação está um indicativo de valor máximo para cada uma das ações. São ações
229 de planejamento e gestão de recursos hídricos e redes de monitoramento e sistemas
230 de informação sobre recursos. O PDC 3: esgotamento sanitário, manejo e disposição
231 de resíduos sólidos, intervenções em corpos d’água, soluções baseadas na natureza,
232 ações estruturais de micro e macrodrenagem para mitigação de inundações e
233 alagamentos. PDC 5: controle de perdas em sistemas de abastecimento, educação
234 ambiental vinculada às ações dos Planos de bacias hidrográficas. Cada proponente,
235 tomador pode escrever cinco propostas até o remanescente. Pode ser contemplado com
236 a quarta e a quinta proposta. A tentativa de diversificar não é o perfil dos proponentes e
237 tomadores e sim um dos pré-requisitos. Isso é bem importante e não é suficiente levar
238 em consideração apenas a Deliberação, em vários pontos a Deliberação cita o MPO,
239 então que tenham ciência do MPO e Anexos. Existem algumas condições, uma delas é
240 trabalhar sempre com o enquadramento, o projeto tem que vir de uma forma que se
241 enquadre naquelas ações que estão descritas e deliberadas. A partir da deliberação, do
242 Plano de ação e programa de investimento. Os tomadores devem levar em
243 consideração caso se enquadre naquela ação. A FABHAT e também os membros das
244 Câmaras Técnicas estão em permanente diálogo com esses proponentes tomadores.
245 Estão todos os processos em detalhes nos documentos. Em caso dúvidas consultar a
246 FABHAT, ou as Câmaras Técnicas, se for pertinente. Aberto uso da palavra para a
247 plenária, Amauri Pollachi (ONDAS) lembrou que existem duas ações de caráter
248 abrangente para a bacia que certamente serão realizados pela FABHAT e que não estão

249 previstas na lista de ações, então precisam pensar nessa contratação para esse período
250 de 2024 e na revisão ou atualização do Plano da bacia, principalmente considerando a
251 crise climática que atravessaram. Sobre a elaboração do projeto ou atualização do
252 projeto do sistema de gerenciamento de informações deve abranger todas as
253 informações dos mananciais e, por decorrência a bacia do Alto Tietê. Realizar a
254 destinação dos recursos destinados a essas ações para a elaboração dos Editais.
255 Amauri relembrou que essa questão é para que possam dedicar espaço para reservar
256 esses recursos no Plano de investimentos 2024. Beatriz afirmou que já estão previstos,
257 com os devidos ajustes. Está previsto recurso para 2025 e, quanto a revisão do Plano
258 de Bacia não há nenhuma ordem de grandeza de valor. O tema precisa amadurecer na
259 Câmara técnica de planejamento para a próxima revisão do PA-PI que será realizada
260 no final de 2024. As atualizações são anuais. Em complementação, Beatriz afirmou que
261 o prazo para os tomadores enviarem os empreendimentos para Secretaria Executiva do
262 Comitê é até o dia 10/05/2024 e não haverá segunda chamada. Beatriz relembrou para
263 não deixar para última semana e nem para o último dia. Virgílio afirmou que seria preciso
264 dar visibilidade, sugeriu que o Comitê, através da FABHAT, possa elaborar um projeto
265 de publicidade na televisão, no rádio e no jornal, sobre as suas ações, para que a
266 Sociedade saiba que tem um órgão gestor que está cuidando dos recursos, e dos
267 mananciais. Hélio informou que está sendo contratado um Plano de Comunicação. Em
268 seguida, Cristiane Lima Cortez (FECOMERCIO SP - Federação do Comércio de Bens,
269 Serviços. e Turismo do Estado de São Paulo). comentou sobre a necessidade dos
270 projetos citarem as referências (dificuldade comum das pessoas, inclusive na
271 academia), e que não há desconto na nota pela ausência ou insuficiência das
272 referências, sendo esclarecido que os avaliadores sempre levam isso em conta,
273 solicitando complementações necessárias. Outro ponto é contar com a sociedade civil
274 para apoiar na divulgação das chamadas para recebimento dos projetos para que sejam
275 amplamente divulgados nos grupos que cada um tem no whatsapp, de escolas, amigos,
276 condomínios etc. Em seguida, Ângela Silveira Soares (Prefeitura Municipal de Jujutiba)
277 perguntou no caso das novas regras de licitações, se já têm alguém do grupo da
278 FABHAT que poderia sanar as dúvidas. Hélio afirmou que está sendo verificada a
279 possibilidade de contratar apoio jurídico para uma vez que muitos estão com a mesma
280 dificuldade.

281 **7. Deliberação CBH-AT no. 176, de 08 de fevereiro de 2024 – Dispõe sobre a**
282 **outorgado Sistema Produtor Alto Tietê – SPAT. Deliberação aprovada por**
283 **unanimidade.** Lilian Barrella Peres (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo)
284 apresentou. Sintetizando, não puderam dispor de muito tempo para a avaliação dos
285 documentos, mas foi realizada uma boa discussão, principalmente no que se refere aos
286 usuários. Laura Stela Naliato Perez (Secretaria e Meio Ambiente, Infraestrutura e
287 Logística-SEMIL) perguntou se compete ao Comitê aprovar a outorga ou compete ao
288 Comitê se manifestar favorável à renovação da outorga. Ao que Hélio respondeu que
289 compete aprovar a manifestação de renovação. Em complemento, Laura referendou
290 tratar-se ainda de uma minuta e que será válida a publicação da outorga vigente,
291 publicada em Diário Oficial. Rodrigo Ferraz Moreira (Companhia de Saneamento Básico

292 do Estado de São Paulo-SABESP) solicitou esclarecimentos sobre o monitoramento
293 online dos sedimentos. Sandra afirmou que ficou mantida a apresentação do Plano da
294 mesma forma que estava anteriormente e que a SABESP deverá apresentar, no prazo
295 de 12 meses, o Plano de adequação e modernização. Na apresentação do Plano, serão
296 discutidos os detalhes. Não havendo outras manifestações, foi aprovada a Deliberação.

297 **8. Deliberação CBH-AT n.º 177, de 08 de fevereiro de 2024-Aprova Manifestação**
298 **referente ao Transporte Público Hidroviário – Aquático - SP. Deliberação aprovada**
299 **por unanimidade.** Virgílio afirmou a Deliberação trata do que a Lei já prevê, ou seja, o
300 empreendimento precisa da Deliberação Comitê, mas também precisa ser notificado o
301 Subcomitê, porém nada disso foi feito. E está sendo feito outro processo, do sistema
302 fotovoltaico, que também não atende a legislação. São licenciamentos que envolvem
303 dois poderes públicos, o municipal e o estadual. Em não trazendo a discussão para o
304 sistema de recursos hídricos, automaticamente exclui da gestão a Sociedade Civil, ou
305 seja, a Sociedade Civil precisa se manifestar acerca de qualquer empreendimento que
306 tenha interface com os recursos hídricos. Não é discricionário resolver entre dois
307 poderes públicos, excluindo a Sociedade Civil, até para adequar ao que a Lei de
308 recursos hídricos prevê, que todos os empreendimentos tramitem, após serem
309 notificados ao Comitê ou ao Subcomitê, ou seja, assim procedendo o Comitê está sendo
310 omissivo ou conivente, pois o Comitê e o Subcomitê exercem função pública e por isso
311 devem submeter-se aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da transparência
312 e da eficiência. Em razão disso, o Comitê deve solicitar a suspensão das obras e da
313 operação, até que o rito legal ocorra dentro do sistema. Melissa comunicou a informação
314 da manifestação do Ministério Público, com o recebimento em data do dia anterior,
315 orientando que o Comitê solicite a suspensão de todas as operações. Em nenhum
316 momento a situação chegou através do GT, mas pelo Ministério Público. Em seguida,
317 Daniel Jesus de Lima (Empresa Metropolitana de Águas e Energia - EMAE) pontuou
318 que a EMAE não a empreendedora do empreendimento, tanto da parte fotovoltaica
319 como a do transporte. Os empreendedores, possuem a oportunidade de apresentar os
320 projetos, e até para esclarecerem as dúvidas, antes de possível suspensão dos projetos.
321 E não há conhecimento dos documentos apresentados ao Ministério Público. Amauri
322 destacou que outro empreendimento, pode impactar consideravelmente os recursos
323 hídricos, promovendo mais ocupações em áreas de mananciais. Trata-se da licitação
324 da obra de extensão da marginal do rio Pinheiros até a barragem de Pedreira em uma
325 área classificada como área destinada à implantação de Parque e com ciclovia, portanto
326 no sentido contrário daquilo que o Comitê tem preconizado, promover ações que
327 mitiguem e reduzam os impactos da crise climática. O que ocorreria seria mais
328 impermeabilização, promovendo cada vez mais o transporte sobre rodas individual
329 gerando efeitos que podem agravar cada vez mais a crise climática na bacia. Sugeriu a
330 inclusão desse empreendimento na Deliberação, passando pela avaliação do próprio
331 Subcomitê e depois no Comitê, para a avaliação dos efeitos e dos impactos do
332 empreendimento. Jordana Alca Barbosa Zola (Instituto de Arquitetos do Brasil-
333 Departamento de São Paulo) solicitou que o material seja disponibilizado para
334 consultas. Sobre o prolongamento da marginal Pinheiros, um projeto em licitação, não

335 se trata somente do projeto de prolongamento da via, é um projeto estrutural para uma
336 proposta de desenvolvimento urbano imobiliário na região, dentro do âmbito do PIU-
337 Plano de Intervenção Urbana do Jurubatuba, uma proposta de desenvolvimento urbano
338 imobiliário para uma área, desde da Vila Andrade até Santo Amaro. Trata-se de um
339 adensamento construtivo e ampliação do potencial construtivo de alguns núcleos para
340 o médio e o longo prazo. A seguir, Melissa sugeriu, não a Moção, mas uma Deliberação
341 para a suspensão, obedecendo todos os trâmites legais do sistema. E uma sugestão de
342 trâmite interno para o Comitê de como poderá funcionar e como darão esse suporte,
343 tanto para o GT Consultas quanto para o Subcomitê. A seguir, a Doutora Joana Franklin
344 de Araújo (Ministério Público do Estado de São Paulo) perguntou quem foi o Promotor
345 que enviou o parecer, e colocou-se à disposição para atuar no caso. Melissa retomou a
346 palavra para sugerir uma proposta de encaminhamento com o seguinte esclarecimento:
347 “trata-se de uma recomendação do Ministério Público de São Paulo, Justiça do meio
348 ambiental da capital, da Dra. Maria Gabriela. A recomendação está calcada no processo
349 administrativo cujo objeto é acompanhar os estudos, projeto eventual, implementação
350 de hidrovias na Represa Billings, a análise do projeto e a criação de um sistema de
351 acompanhamento de informações relativa ao tema, abrindo-se o canal de comunicação
352 entre os diversos órgãos dos poderes públicos envolvidos, e a Sociedade Civil, para
353 garantir o seu acesso aos dados e possibilitar a sua efetiva participação.”
354 Recomendando ao Comitê de Bacia, pelo Presidente, que imediatamente solicite a
355 suspensão das obras ou início de operação das obras mencionadas no parecer, até que
356 o Subcomitê Billings-Tamanduateí tenha acesso à documentação necessária para se
357 manifestar sobre a questão, encaminhando a documentação pertinente. A sugestão
358 seria encaminhar a Deliberação e solicitar aos empreendedores a paralisação, até que
359 realizarem esse trâmite. Propôs criação de um Grupo de trabalho envolvendo o GT
360 Consultas ambientais dando suporte técnico para Subcomitê no sentido de analisar
361 tanto o parecer técnico elaborado pelo Ministério Público, quanto a documentação do
362 projeto. E um centro de apoio à execução para tomar as providências necessárias, ou
363 seja, criar um GT dentro do Comitê, para o atendimento do Ofício encaminhado pelo
364 Ministério Público. Virgílio concordou com a sugestão. Consideram uma Deliberação
365 sobre os dois projetos, conforme a proposto por Amauri até porque a intervenção no rio
366 Pinheiros tem ligação direta com a Billings, através de bombeamento. A Deliberação
367 poderia servir como exemplo para qualquer outro empreendimento na Bacia. A seguir,
368 Jordana informou em relação ao GT Consultas, que está em reestruturação e também
369 porque a Doutora Joana destacou os prazos. Solicitação colaboração aos envolvidos no
370 GT Consultas, considerando muito interessante a questão da Billings e a proposta de
371 desenvolvimento urbano imobiliário no eixo do rio Pinheiros-Billings. Em seguida, Hélio
372 sugeriu aprovação, não da Deliberação, mas da retirada da questão fotovoltaica,
373 trabalhando em uma Deliberação com os dois empreendimentos, distribuindo a todos
374 os membros com manifestação via e-mail aprovando a Deliberação Ad Referendum.
375 Então, sairiam duas Deliberações com duas situações específicas. Ao que Virgílio, não
376 se opôs desde que, o Comitê esteja ciente dos dois projetos que estão acontecendo
377 com as mesmas e irregularidades e que seja recomendada a suspensão dos projetos.
378 Hélio ressaltou que, em consulta com a FABHAT, o regimento não permite deliberação

379 Ad Referendum, mas poderiam trabalhar complementarmente nos dois documentos
380 com a realização de uma reunião no GT Consultas, somente com esses dois temas e
381 em uma reunião do Comitê Deliberar para encaminharem tanto para o Ministério Público
382 e o GAEMA. Virgílio destacou que não deve ser somente em razão do parecer do
383 Ministério Público, mas em razão do documento do Subcomitê, como já apresentado,
384 somado ao documento do Ministério Público. Ao final, foi aprovada, conforme consta o
385 texto final no site do Comitê, a Deliberação CBH-AT n.º 177, de 08 de fevereiro de 2024,
386 que “aprova Manifestação referente ao Transporte Público Hidroviário Aquático - SP”
387 com a abstenção da EMAE, FECOMÉRCIO, Santana do Parnaíba e SEMIL.

388 **Retomada ao item 3: Apresentação pela CETESB sobre o empreendimento**
389 **FEHIDRO em execução. “CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA OS MUNICÍPIOS DA**
390 **BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ: IDENTIFICAÇÃO DE**
391 **VULNERABILIDADES, PROPOSIÇÃO DE MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO PARA**
392 **PREVENÇÃO DOS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS SOBRE OS**
393 **RECURSOS HÍDRICOS”.** Maria Fernanda apresentou informando que o projeto teve
394 início em agosto de 2023 e abarca os principais conceitos e causas relacionadas às
395 mudanças climáticas, bem como suas consequências e impactos para os sistemas
396 hídricos. O projeto está em execução e já se tem uma experiência anterior, que foi na
397 baixada santista entre 2019 e 2021. Apresentou sobre as etapas do projeto, sendo a
398 primeira, a capacitação geral, depois por subcomitê e que a fase atual é a assessoria
399 técnica por grupos de municípios que refere-se ao apoio no desenvolvimento de projetos
400 e captação de recursos. Aproveitou este momento para solicitar engajamento a todos
401 os representantes, em especial, dos municípios nesta etapa. O projeto está previsto
402 para finalizar com um seminário de conclusão e publicação.

403 **9 e 10. Outros assuntos e Encerramento.** Hélio ressaltou que os pontos mais
404 polêmicos foram superados. Parabenizou a Plenária que tem demonstrado efetivamente
405 seu o papel na Gestão Integrada de Recursos Hídricos.

406 Esta Ata é o resumo dos registros taquigráficos da Ata de inteiro teor, elaborada pelo
407 Taquígrafo Dartan Gravina.